

Gerando polémica

Grupo Madal vence concurso da privatização da Boror

● Carlos Agostinho do Rosário diz que a Boror será parcelada e a sua gestão passará à responsabilidade de três agentes económicos

Por Arlindo Mustafa

Em Fevereiro último, no Maputo a UTRE — Unidade Técnica de Reestruturação de Empresas reuniu-se com os candidatos à privatização da empresa Boror. São eles o Grupo Madal, Mourgue D'algue (com sede em Paris), a Companhia de Moçambique e a Organização Luís Francisco. São abertos os envelopes e a Madal é proclamada virtual vencedora, por ter apresentado uma proposta técnica que convenceu a UTRE. Ofereceu 4.800 mil dólares americanos para a compra de 80% do património vendável da Boror. A Mourgue D'algue até então principal candidato pelo facto de se apresentar como antigo dono, ofereceu 1.500 mil dólares para a compra da empresa. Tentou uma segunda proposta oferecendo 5. milhões de dólares, só que a proposta deu entrada depois do prazo estabelecido pela comissão. A Companhia de Moçambique e a Organização Luís Francisco tinham proposto a compra de algumas parcelas.

Propostas de investimento

Para além de oferecer 1.500 mil dólares, o Grupo Mourgue D'algue apresenta um investimento na ordem de 34.520 mil dólares em equipamento de ponta incluindo 100 unidades de tractores, instalação de uma

fábrica de processamento de óleo derivado da copra, relançamento da produção agro-pecuária e industrial, restauração da travessia de passageiros entre a sede de Macusse e Supinho e abertura de postos de trabalho para pelo menos 200 mil pessoas.

O Grupo Madal, por seu

turno, tem um plano de investimento na ordem de 1.854.200 dólares em materiais de construção, compra de equipamento e reposição de embarcações marítimas. Isto apenas para o primeiro ano após a adjudicação do património. Ainda no mesmo período, aquele valor será acrescido de um

outro na ordem de 118 mil dólares para o pagamento da mão-de-obra e execução de projectos. O ritmo de plantio de palmares previsto na proposta do Grupo Madal é de 300 ha/ano até o ano 2002, período que prevê crescer de ritmo.

Se económica e tecnicamente a empresa Madal superou outros concorrentes à alienação da Boror, conforme a UTRE, o mesmo já não acontece do ponto de vista sócio-cultural e político, pois ela está numa situação desfavorável, porquanto, tende a crescer a contestação se a referida empresa ficar com a Boror.

As razões são muito simples, conforme apontam várias fontes envolvidas na disputa: não tem dado prova da sua eficiência a partir das suas plantações e por ser uma empresa com prevalência de conflitos laborais e de terra.

Por outro lado, alega-se que os dirigentes políticos têm amiúde deplorado as condições sub-humanas em que se encontram votados os trabalhadores, sobretudo os do campo, onde chegam a auferir o magro salário de 120 mil MT/mês.

O Dr. Rogério Henriques, administrador da Madal, reconhece que o salário não chega para o nível de vida, mas jura que a empresa respeita o leque salarial em vigor no País.

O ministro moçambicano da Agricultura e Pescas, Carlos Agostinho do Rosário, disse, recentemente, em Quelimane que as plantações da Boror serão parceladas e a sua gestão responsabilizada a três empresários, nomeadamente o grupo Madal, Companhia de Moçambique e Organização Luís Francisco.

"Tenho o conhecimento de que as partes estão, nes-



te momento, em negociação no sentido de se definirem as parcelas", comentou o ministro.

A actual direcção-geral é entretanto contrária ao parcelamento do património da Boror. Ângelo Custódio, director de produção, resume o assunto da seguinte forma: "A Boror deve ser vendida como ela está. Porque historicamente ela não é feita de parcelamentos. É o conjunto de todos os blocos de produção. Nós de facto não queremos o monopólio. Mas não quer dizer que vendendo em bloco se desfaz o monopólio. A Boror deve ser uma. Deve ser vendida no conjunto".

Octávio Eusébio, director administrativo, comenta: "Esta ideia de se vender a barra ao senhor Luís Francisco e Moma à Entrepósito já é uma variante. Porque, a ideia inicial era de que a Madal devia ficar com tudo. Mas, porque a população se revoltou e falou, então eles recuaram estrategicamente para taparem as pessoas".

Júlio Martins, assessor: "O senhor Luís Francisco e a Entrepósito não passam de trópicos para se atingirem os objectivos já preconizados. Servem para se justificar que afinal de contas não se vendeu só a Madal".

Na área de Macusse, sede da empresa Boror, já

há reacções da população, conforme registou o SAVANA. Muito recentemente, um grupo de anciãos celebrou uma missa na camp de Conde Stucky — um dos fundadores da empresa Boror. Traçou-se de uma celebração repudiando a adjudicação do património da empresa à Madal. Conde Stucky foi o único dos antigos donos que manifestou o desejo de o seu corpo não ser trasladado para o estrangeiro.

Boror hoje

A empresa Boror detém o maior palmar do mundo. Estende-se na faixa costeira desde Macusse à Angoche ocupando mais de 300 Km. Tem cerca de 250 mil hectares, sendo 25 mil dos quais cobertos de palmares. Foi uma das companhias magistáticas e intervencionadas em 1976. Desenvolve a actividade agro-pecuária e industrial. O Estado é, neste momento o único accionista da mesma. 1978 foi o ano em que obteve maior pico de produção — 18 mil toneladas de copra, recolhendo, para os seus cofres e para o País, milhares de dólares.

O SAVANA entrevistou Gonçalves Ferrão, director-geral da empresa. "Nós não estamos parados. Estamos reduzidos por falta de meios financeiros. Não é por

isso que se pode pensar em vender a companhia a um preço barato. Estamos, de facto favoráveis à privatização mas ela deve ser processar de uma forma correcta e muito bem feita. A empresa caiu na falência. Está deficitária. Falência talvez não utilizássemos este termo. Porque com um pouco de dinheiro, um pouco só, quer dizer, mais ou menos 10 milhões a 12 milhões de contos a Boror levanta. É uma falência aparente. Portanto, há falência. Pois deficitários que estamos, não temos nada nos cofres".

Outros membros do colectivo

Outro membro da direcção, Octávio Eusébio, comenta: "Não houve transparência na avaliação do património da empresa. A equipa que fez o levantamento do potencial económico foi a Ernest and Young, contractada pela UTRE. E integrava elementos da Madal, uma das empresas concorrentes. É o caso do Engº Lourenço, e também posso dizer que a maior parte dos elementos contactados pela Ernest and Young, directa ou indirectamente, trabalha para a Madal. Tratando-se de uma empresa interessada na compra, naturalmente, foi o que aconteceu. A Boror foi sub-avaliada. Por outro lado, o valor de compra proposto pela Madal é mínimo. Não

foi avaliado o potencial do coqueiro. A nível mundial, o valor de uma empresa calcula-se a partir do valor do rendimento que é a parte útil. E a parte útil da Boror não são só os equipamentos. Não são as casas. São as palmeiras que continuam víçosas, numa altura do pico de produção. Não obstante não se terem feito os tamanhos culturais. Portanto a Boror deveria ser comprada ao preço de 13 milhões USD".

Gonçalves Ferrão: "Para nós, não foi a Madal que apresentou a melhor proposta técnica de ilicitação. Foram os franceses que apresentaram uma proposta ótima, em termos técnicos e científicos. Não vamos entregar a gestão de palmares a pessoas que não conhecem o trabalho. Não entreguemos a Boror na base de sentimentalismos".

E Eusébio acrescenta: "O problema da Madal ficar com a Boror dista de 1989 com o processo de descapitalização organizado pelo Estado. Há correspondências iludidas sobre este aspecto. Fomos envolvidos em actos de suborno. Ofereciam-nos condições. Houve um processo de descapitalização prévio a partir do desvio de fundos consignados de copra. Saíram dos cofres de empresa fundos para a constituição de outras empresas. O caso

de citrinos de Manica e Frigo da Matola, por exemplo. Saíram das caixas da nossa empresa meios financeiros para o pagamento de salários".

O director de produção, Ângelo Custódio diz que "temos que reconhecer que a Boror não nasceu como cogumelo. Ela tem a componente humana que está sendo relegada no plano de privatização. Há salários em atraso. Não se fala da indemnização. As pes-

soas estão há 20/50 anos. Temos um pouco mais de 700 trabalhadores. E já tivemos 8 mil".

Soberania

O grupo Madal, certamente que vai deter o monopólio de copra na Zambézia. Pois passará a controlar economicamente o vale do Zambeze até Nampula. Que implicações de índole política e de soberania poderá constituir para o governo local?

Júlio Martins, assessor, responde: "Eu penso que o executivo devia recuar e reanalisar a questão. Porque, por aquilo que se diz ao nível da província e de outras esferas é que já está a surgir uma figura no mosaico nacional que pode ser uma guerra amanhã. Esta figura pode trazer implicações políticas perigosas.

Ângelo Custódio comenta que estará em causa o equilíbrio de forças entre o governo e o Grupo Madal na Zambézia. "Estamos a ver que, o que falta até é autorizar-se para que a Madal também crie uma moeda sua para circular na província uma vez que vai ter uma economia forte. Prevejo o perigo do amanhã. O governo não vai poder ter a mão sobre a Madal. Mas passar-se precisamente ao contrário: a Madal pôr as mãos sobre o governo provincial".

O nosso repórter colocou a mesma questão, portanto sobre o perigo de soberania se a Madal deter o monopólio económico na província da Zambézia ao

ministro Carlos Agostinho do Rosário quando esteve em Quelimane.

"Não gostaria de fazer referências às considerações de índole política. Estou digamos a fazer considerações de índole técnica. O concurso está lá. Os critérios para o concurso estão claros. A validade do concurso está clara, portanto a validade técnica. Os fundamentos que põe a Madal digamos em primeiro lugar estão lá, tecnicamente defensáveis. E... digamos o exercício que neste momento o governo recomenda fazer também está claro no sentido de acomodarmos outros participantes no concurso para que de facto evitemos uma situação em que, a Madal possa estar sozinha nesta actividade de copra.

Outras questões de índole política e de soberania, eu não quero fazer comentários sobre elas. Penso que as pessoas têm as suas razões."

Um conhecedor da situação na Boror comenta que a privatização não deveria ser condição única para se conseguir financiamento. E se de facto for a Madal que ganhou o concurso para ficar com a Boror, ele prevê a eclosão de conflitos laborais em grande escala, uma vez que a Madal é fértil neste campo.

Madal: líder na actividade de copra na Zambézia

Um vasto documento a que o SAVANA teve acesso

diz que o Grupo Madal detém, neste momento, 14 mil 500 ha cobertos de palmar com um milhão 220 mil palmares híbridos e típicos. Manteve-os sempre em produção, estando a realizar um vasto programa de investimento com vista a elevar a produtividade e renovar as plantações. Este investimento, de acordo com o documento que estamos a citar consiste na aquisição de tractores, alfaia, camiões para expansão das práticas agrónomicas adequadas e a melhoria dos transportes; recuperação de infra-estruturas incluindo estufas, oficinas e aumento de áreas de replantação com a substituição de coqueiros de idade avançada.

Em 1995 produziu e comercializou cerca de 17 mil toneladas de copra. Possui um pouco mais de 4 mil trabalhadores com postos assegurados e comercializando a produção de dezenas de milhares de famílias. O Dr. Rogério Henriques abordado pelo nosso jornal atribuiu estes sucessos a investimentos que disse ser de grande vulto quer em recursos humanos quer em materiais, assumindo por conseguinte, "responsabilidade financeira por recursos próprios e dos accionistas e mesmo por recursos à banca por quem é considerado cliente de muito boa reputação".

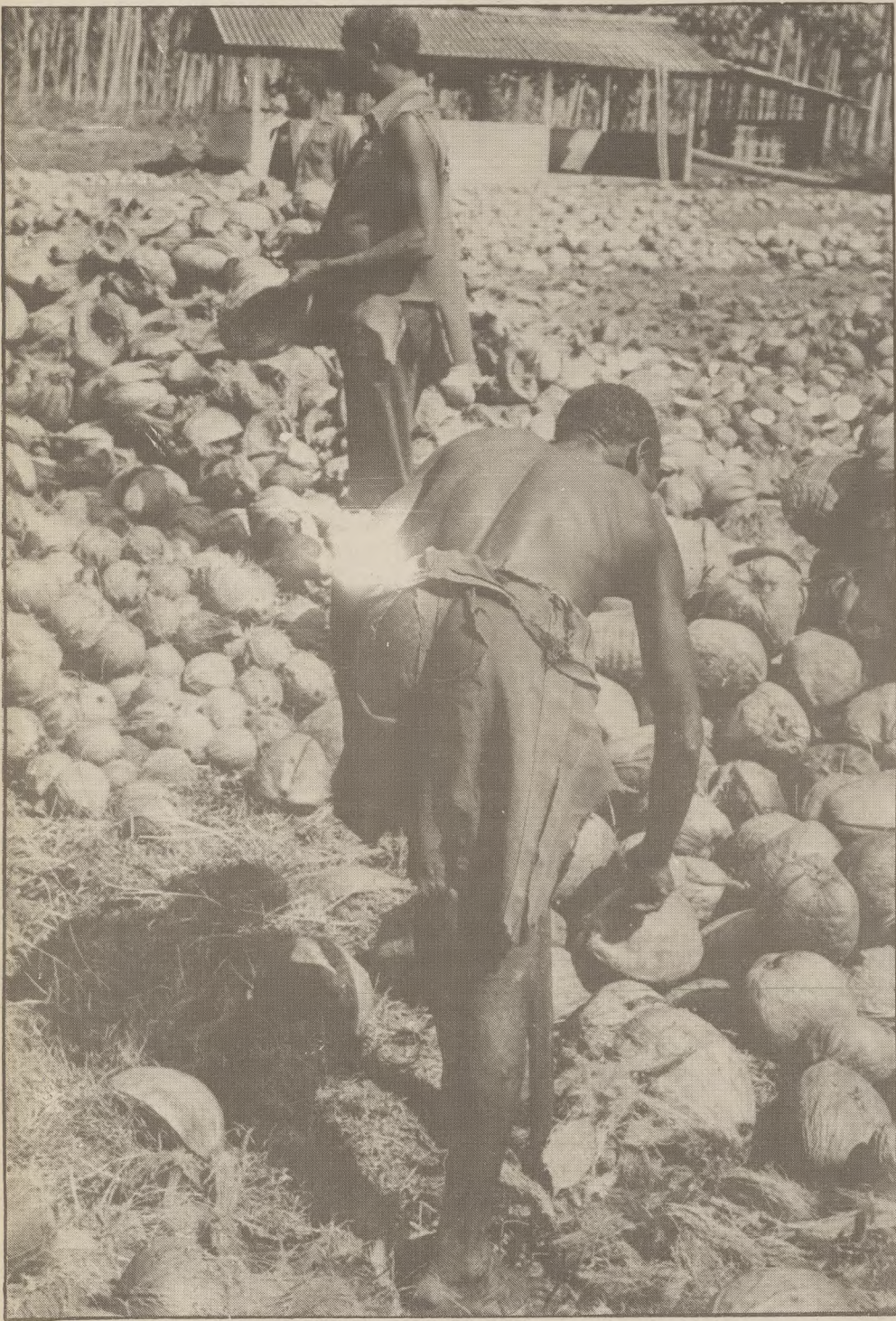
"Aproposadas que se apresentam de viabilização e desenvolvimento da companhia do BOROR respondeu critérios relativos ao desenvolvimento da produção nacional, à manutenção ou à criação de emprego com a utilização de técnicos nacionais e sua formação".

A Madal defende por outro lado que a sua candidatura para a compra da Boror tem por base a sua experiência na actividade e sua capacidade técnica e de gestão nas condições específicas da Zambézia e reitera que não está interessada em adquirir posições de domínio absoluto da actividade de produção de copra.

Nos bastidores, o SAVANA ouviu que a Madal vê-se neste momento aflita de poder pagar os primeiros onze por cento do valor total do património da Boror porque está desprovido de capital. Rogério Henriques, no entanto, refuta esta informação, porquanto "conseguimos nos últimos três anos inverter a situação financeira, dispondo de recursos próprios para investir no desenvolvimento das nossas actividades".

A Empresa, soube ainda o nosso jornal, dispõe aproximadamente de 40% do valor proposto de aquisição da Boror (4.800 mil dólares) e o recurso a estes fundos é na sequência do aumento do capital da empresa pelos accionistas em 1995, num montante equivalente a 400.000 USD, cuja fase final de realização ocorre neste momento. Os accionistas manifestaram também, a sua disposição de elevar o capital até 2 milhões de dólares. Simultaneamente está-se a realizar investimentos de reabilitação da actividade de produção de copra com recurso a um financiamento do Banco Mundial.

"Um valor significativo dos saldos deste financiamento (2,4 milhões USD) poderá ser disponibilizado para a realização dos investimentos necessários. Mas tal não exclui a negociação de um acréscimo do financiamento do Banco Mundial destinado à reabilitação de empresas conforme já preliminarmente foi abordado com aquela instituição e vários bancos comerciais do país." ■



Joel Chiziane



Joel Chiziane